



ENTRE ERVAS, BENZIMENTOS E MEMÓRIAS: O CUIDADO FEMININO ANCESTRAL

Lilian Becker¹

Resumo: O artigo investiga como saberes ancestrais relacionados a práticas de cura como banhos de ervas, rezas, benzimentos e uso de plantas medicinais são transmitidos entre mulheres ligadas às religiões de matriz africana. A partir da convivência com cinco participantes, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa inspirada na educação popular e nos feminismos interseccionais, compreendendo esses saberes como formas legítimas de conhecimento, resistência e cuidado. As práticas foram analisadas por meio de entrevistas narrativas e cartografia afetiva, com ênfase na oralidade e na memória intergeracional. A construção coletiva de um caderno de rituais permitiu registrar receitas, rezas e conselhos compartilhados pelas interlocutoras, sem romper com a natureza fluida e experiencial dessas tradições. Os resultados evidenciam que os saberes espirituais e populares resistem à deslegitimação histórica imposta por sistemas coloniais, patriarcais e científicos hegemônicos, mantendo-se vivos nos cotidianos de famílias e comunidades. As práticas descritas revelam modos de aprendizagem baseados em vínculos afetivos, espiritualidade e ancestralidade, reafirmando a centralidade das mulheres como guardiãs de uma pedagogia sensível, situada e relacional. A pesquisa contribui, assim, para o reconhecimento dessas práticas como tecnologias de cuidado e resistência, destacando seu valor cultural, pedagógico e político no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: educação popular; saberes ancestrais; feminismos interseccionais; mulheres de axé; escrevivência.

ENTRE HIERBAS, BENDICIONES Y MEMORIAS: EL CUIDADO FEMENINO ANCESTRAL

Resumen: El artículo investiga cómo los saberes ancestrales relacionados con prácticas de curación como baños de hierbas, rezos, bendiciones y uso de plantas medicinales son transmitidos entre mujeres vinculadas a religiones de matriz africana. A partir de la convivencia con cinco participantes, la investigación adopta un enfoque cualitativo inspirado en la educación popular y los feminismos interseccionales, comprendiendo estos saberes como formas legítimas de conocimiento, resistencia y cuidado. Las prácticas fueron analizadas mediante entrevistas narrativas y cartografía afectiva, con énfasis en la oralidad y la memoria intergeneracional. La construcción colectiva de un cuaderno de rituales permitió registrar recetas,

¹Doutoranda em Educação (UFPEL), Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL). Licenciada em Letras Português e Francês (UFPEL), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, lilianbecker@hotmail.com.

rezos y consejos compartidos por las interlocutoras, sin romper con la naturaleza fluida y experiencial de estas tradiciones. Los resultados evidencian que los saberes espirituales y populares resisten la deslegitimación histórica impuesta por sistemas coloniales, patriarcales y científicos hegemónicos, manteniéndose vivos en la cotidianeidad de familias y comunidades. Las prácticas descritas revelan modos de aprendizaje basados en vínculos afectivos, espiritualidad y ancestralidad, reafirmando la centralidad de las mujeres como guardianas de una pedagogía sensible, situada y relacional. La investigación contribuye así al reconocimiento de estas prácticas como tecnologías de cuidado y resistencia, destacando su valor cultural, pedagógico y político en el contexto contemporáneo.

Palabras clave: educación popular; saberes ancestrales; feminismos interseccionales; mujeres de axé; escritura vivencia.

AMONG HERBS, BLESSINGS, AND MEMORIES: ANCESTRAL FEMININE CARE.

Abstract: This article investigates how ancestral knowledge related to healing practices such as herbal baths, prayers, blessings, and the use of medicinal plants are transmitted among women connected to religions of African origin. Based on interaction with five participants, the research adopts a qualitative approach inspired by popular education and intersectional feminisms, understanding this knowledge as legitimate forms of knowledge, resistance, and care. The practices were analyzed through narrative interviews and affective cartography, with an emphasis on orality and intergenerational memory. The collective construction of a ritual notebook allowed for the recording of recipes, prayers, and advice shared by the participants, without breaking with the fluid and experiential nature of these traditions. The results show that spiritual and popular knowledge resists the historical delegitimization imposed by hegemonic colonial, patriarchal, and scientific systems, remaining alive in the daily lives of families and communities. The practices described reveal learning methods based on affective bonds, spirituality, and ancestry, reaffirming the centrality of women as guardians of a sensitive, situated, and relational pedagogy. The research thus contributes to the recognition of these practices as technologies of care and resistance, highlighting their cultural, pedagogical, and political value in the contemporary context.

Keywords: popular education; ancestral knowledge; intersectional feminisms; women of Afro-Brazilian religions; writing from lived experience.

Abrindo os caminhos para o saber ancestral

Os saberes ancestrais repassados entre mulheres que pertencem ou pertenceram às religiões de matriz africana são fontes potentes de cura, cuidado e resistência. Práticas como os banhos de ervas, os benzimentos, as rezas e o uso de plantas medicinais ultrapassam o campo do sagrado, constituindo formas legítimas de produção de conhecimento e ensino. Desse modo,

este artigo parte da escuta e da convivência com um grupo composto por cinco mulheres vinculadas às práticas religiosas de matriz africana. A investigação contou com a participação de mulheres com quem a pesquisadora mantém vínculos de confiança e partilha.

O objetivo é compreender como esses saberes circulam e se perpetuam na oralidade, de forma intergeracional, e como constituem um campo de ensino-aprendizagem no contexto da vida cotidiana. Para isso, adota-se uma perspectiva inspirada na educação popular, compreendida como um processo pedagógico voltado à escuta sensível e à valorização dos saberes cotidianos, conforme propõe Paulo Freire (1987), ao destacar que a construção do conhecimento passa necessariamente pelo diálogo e pela valorização da experiência dos sujeitos historicamente marginalizados. Essa abordagem também se articula com os feminismos interseccionais, na medida em que reconhece as múltiplas opressões que incidem sobre os corpos e experiências das mulheres, especialmente quando marcadas por raça, classe e religiosidade. Crenshaw (2002) contribui para essa análise ao demonstrar que tais marcadores não atuam de forma isolada, mas se entrecruzam, produzindo formas específicas de exclusão e resistência.

Logo, a escolha metodológica se fundamenta na construção coletiva de um caderno de rituais, contendo receitas, relatos, orações e conselhos trocados em momentos de escuta e partilha. Mais do que um produto, o processo de construção do caderno evidenciou a potência pedagógica dessas interações, revelando o conhecimento ancestral e o terreiro como espaço de formação e de afirmação de saberes. Assim, este texto se produz a partir de um relato pessoal que transita entre os saberes ancestrais e saberes acadêmicos. É nesse encruzo que se pretende provocar e guardar as memórias de mulheres que foram por muito tempo esquecidas enquanto os conhecimentos acadêmicos iam sendo construídos; mulheres de axé, que carregam consigo magias e sabedorias que transitam entre o mundo dos encarnados e o espiritual.

O uso de plantas como elemento central em práticas de cura espiritual foi e ainda é frequentemente desconsiderado e estigmatizado por parte da comunidade científica. No entanto, é fundamental reconhecer que esses saberes tradicionais se sustentam independentemente da validação por métodos científicos formais, pois continuam a ser transmitidos, praticados e legitimados no interior das próprias comunidades (Dias, 2019). Essas práticas, apesar da marginalização histórica, carregam em si conhecimentos ancestrais que

articulam corpo, espírito e natureza, e permanecem vivos por meio da oralidade, da experiência e da fé.

Esse cenário se insere em um contexto histórico mais amplo. Como aponta Del Priore (2004), durante o período colonial brasileiro, diante da ausência de recursos médicos oficiais, muitas mulheres recorriam aos saberes disponíveis na natureza, especialmente plantas e minerais, para elaborar remédios voltados tanto à cura física quanto à proteção espiritual. A ação dessas mulheres, muitas vezes chamadas de rezadeiras ou curandeiras, ultrapassava os limites do cuidado individual e alcançava a esfera do coletivo. No entanto, suas práticas não foram apenas invisibilizadas, mas também criminalizadas. Perseguidas por autoridades civis e religiosas, eram associadas à bruxaria e à atuação demoníaca, como descreve Delumeau (1989), em função do uso de ervas, rezas e benzimentos - elementos profundamente conectados às cosmopercepções de matriz africana e indígena.

Hoje, mesmo em um contexto distinto, os ecos dessa perseguição ainda reverberam. As mulheres escutadas nesta pesquisa não se autodenominam benzedeadas, mas suas expressões rituais dialogam com os saberes tradicionalmente atribuídos a essas figuras. Seus conhecimentos são frutos de vivências construídas nos terreiros, no convívio com mulheres mais velhas, lideranças espirituais ou companheiras de fé, e no cotidiano marcado pelo cuidado, pelo afeto e pela espiritualidade. Assim, mesmo sem reivindicar o nome de curandeiras ou rezadeiras, essas mulheres assumem o papel de guardiãs de uma pedagogia ancestral, sustentada pela escuta sensível e pelo gesto partilhado.

A escolha de não se nomear como benzedeadas não diminui a potência dos saberes que elas cultivam. Pelo contrário, evidencia a vitalidade de conhecimentos que escapam às classificações rígidas e às categorias formais. Trata-se de um saber que circula fora dos livros, mas se firma no corpo, no gesto e na palavra sussurrada. São práticas que persistem à margem das epistemologias hegemônicas, mas que estão profundamente enraizadas nas experiências coletivas de resistência, espiritualidade e reconstrução de mundos. É nesse território de entrecruzamentos entre tradição, vivência, espiritualidade e luta que esta pesquisa se inscreve.

Dessa forma, o presente trabalho propõe, em seu percurso, uma breve contextualização histórica sobre o uso de ervas medicinais, rezas e outras formas de aprendizado relacionadas aos cuidados do corpo e do espírito. Esses elementos são articulados a partir das reflexões

trazidas pelo feminismo popular, que reconhece os saberes das mulheres como centrais para a construção de outras epistemologias. Na sequência, apresenta-se o grupo de mulheres colaboradoras desta pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados e os principais eixos de escuta construídos coletivamente. Por fim, nas considerações finais, analisam-se os modos pelos quais a criação conjunta de um caderno de saberes possibilitou o resgate de memórias, o fortalecimento de vínculos afetivos e a emergência de sentidos que desafiam a lógica da invisibilidade.

Mulheres e a sabedoria das ervas na construção de um legado intergeracional

A constituição dos saberes populares no Brasil colonial se deu por meio de uma intensa confluência entre conhecimentos ancestrais dos povos originários e africanos, os quais se articulavam no cotidiano de maneira criativa e sincrética, sobretudo por meio das práticas das mulheres negras, indígenas e mestiças (Del Priore, 2004). Essa fusão de saberes resultou em um repertório curativo, espiritual e cultural que desafiava frontalmente os parâmetros da racionalidade ocidental e a normatividade da fé católica imposta pela colonização. Autoras como Durand (2012), Silva (2012) e Rocha (2016) evidenciam como esses saberes foram sendo moldados também pela presença das “bruxas” europeias que migraram para o Brasil e contribuíram para a formação de um campo simbólico plural e mestiço de práticas de cura, manipulação de ervas e rituais populares.

No entanto, o mesmo espaço social que acolhia e necessitava dessas práticas também foi responsável por sua estigmatização. O conhecimento transmitido por parteiras, rezadeiras, curandeiras e benzedoras, muito respeitado pelas camadas populares, foi transformado em ameaça pelos poderes religiosos e coloniais. A associação entre essas mulheres e o “demoníaco” permitiu que a Igreja e os inquisidores não apenas criminalizassem as práticas, como também distorcessem o significado das divindades cultuadas, convertendo-as em figuras opostas ao Deus cristão (Silva, 2012). Tal estigmatização fez com que essas mulheres fossem perseguidas, mesmo quando o que realizavam era um cuidado ancestral voltado à saúde comunitária, à autonomia corporal e à sustentação de redes de apoio espirituais (Silva, 2012; Federici, 2018).

É nesse ponto que Silvia Rivera Cusicanqui (2010) oferece uma chave epistemológica potente para pensar essas práticas, ao propor uma crítica ao colonialismo do saber que fragmenta corpo e mente, natureza e cultura. Nesse sentido, os saberes indígenas e afro-diaspóricos articulam uma ontologia relacional e interdependente, o que pode ser compreendido por meio do conceito de *ch'ixi* — uma lógica que reconhece a coexistência de elementos contraditórios sem que um anule o outro. Essa perspectiva permite resgatar a complexidade dessas práticas de curar e espiritualidade que, mesmo demonizadas pelo projeto colonial, nunca deixaram de existir: resistem nas frestas, na oralidade, nos corpos que se recusam à domesticação do pensamento moderno ocidental.

Esses saberes, longe de serem resquícios de um passado, continuam sendo vivenciados de forma dinâmica por mulheres que ocupam as margens da normatividade epistêmica e religiosa. Como destaca Federici (2019), esses conhecimentos não são meramente empíricos, mas estão ancorados em uma relação profunda entre corpo, território e ancestralidade, transmitidos de geração a geração em forma de ensinamentos, rituais e experiências vividas, que tornam a natureza uma aliada vital no cuidado e na cura. Cada comunidade, marcada por sua cosmovisão, território e organização social, interpreta e utiliza as ervas conforme seu repertório simbólico, o que faz com que os usos e significados das plantas variem significativamente entre os diferentes grupos (Federici, 2019).

Nesse sentido, a memória intergeracional assume papel central na preservação e continuidade desses saberes ancestrais. Ela refere-se ao conjunto de lembranças, práticas e valores que são transmitidos de uma geração para outra, constituindo o elo fundamental na construção da identidade coletiva e individual. Não se trata apenas de um acúmulo de informações, mas de um processo vivo em que as experiências do passado são incorporadas ao presente, moldando a compreensão que os grupos sociais têm sobre seu lugar no mundo e seu futuro. Conforme Halbwachs (1990) enfatiza, a memória é um fenômeno social, construída e reconstruída em contextos comunitários e culturais, e, no âmbito dos saberes tradicionais, torna-se um instrumento poderoso de resistência contra processos de apagamento cultural e epistemológico.

Assim, as ervas carregadas de histórias, medos, proteção e fé ultrapassam sua função meramente medicinal para se tornarem elementos simbólicos de uma ciência alternativa

complexa e legítima. Por exemplo, o alecrim é considerado protetor espiritual contra inveja e feitiços, enquanto a arruda, colhida em horários sagrados, serve para preparar chás curativos e protetores. O preparo e o uso dessas plantas obedecem a calendários lunares e rituais, indicando que o tempo e a intenção são partes essenciais do processo de cura (Del Piore, 2010). Essas práticas, vivenciadas e transmitidas por meio da memória intergeracional, reafirmam a importância da ancestralidade e do cuidado como pilares para a manutenção da vida e da cultura.

O diagnóstico presente nessas tradições apresenta características próprias. As rezadeiras identificam doenças que escapam ao conhecimento da medicina convencional, como o “mau-olhado”, “espinhela caída” e “cobreiro” (Del Priore, 2004). Essas categorias revelam um saber situado e eficaz, transmitido oralmente e que compreende o adoecimento como resultado de desequilíbrios que afetam corpo e espírito. O “mau-olhado”, por exemplo, é entendido como uma doença causada por admiração exagerada ou inveja, que somente a reza pode curar (Santos, 2007). Essa transmissão oral de saberes acontece desde a infância, em ambientes familiares e comunitários. A convivência cotidiana em quintais, cozinhas e vizinhanças cria espaços de aprendizagem e resistência, onde mulheres ensinam e preservam esses conhecimentos. A força desse saber reside na sua existência fora das instituições formais, sustentada pelos vínculos afetivos e pela ancestralidade feminina (Ceolin, 2011; Badke et al., 2012).

Apesar da sua importância, esses saberes enfrentam uma constante deslegitimação. A medicina institucionalizada, pautada na racionalidade ocidental, tem historicamente marginalizado e criminalizado essas práticas. Federici (2018) aponta que a perseguição às curandeiras populares significou a perda violenta de um patrimônio empírico acumulado por séculos, tendo como objetivo não apenas desvalorizar as ervas, mas eliminar modos de vida que questionavam o monopólio da ciência oficial.

No Brasil, esse processo apresenta particularidades ligadas ao colonialismo, racismo e patriarcado. Práticas curativas desenvolvidas por mulheres negras, indígenas e mestiças foram associadas à feitiçaria e perseguidas pelas autoridades inquisitoriais. A construção simbólica da figura da bruxa, ora idosa e perigosa ora jovem e lasciva, serviu para justificar essa repressão, assegurando o controle do saber às elites masculinas, brancas e letradas (Alexander; Russell,

2019; Federici, 2017). Como consequência, a medicina popular foi rotulada como ameaça e as mulheres que a praticavam passaram a ser vistas como inimigas da ordem estabelecida.

Ainda que historicamente tratadas como práticas marginais, as experiências de cuidado protagonizadas por mulheres negras, indígenas e periféricas persistem como alicerces de saberes ancestrais que tensionam os limites da racionalidade hegemônica. À medida que essas práticas foram sendo demonizadas pelo aparato inquisitorial e pelas instituições coloniais, produziu-se um processo sistemático de silenciamento que operou não apenas sobre os conhecimentos em si, mas, sobretudo, sobre os corpos que os portavam. Ao perseguir as chamadas “bruxas”, como analisa Silvia Federici (2019), buscava-se, sobretudo, controlar a reprodução social por meio da expropriação da autonomia feminina sobre seus corpos, ciclos, saberes e formas de organização coletiva.

Rita Segato (2012) aponta que, com o avanço dos processos de colonialidade, o corpo feminino passou a ser alvo de um controle sistemático exercido por instituições como o Estado e a Igreja. Nesse contexto, a mulher foi deslocada de sua posição ativa nos circuitos de cura e mediação espiritual para uma condição de passividade, reduzida ao papel de corpo reprodutor dentro da lógica patriarcal e colonial. Complementando essa leitura, Maria Lugones (2014) aprofunda a análise ao revelar como a colonialidade do poder engendrou um sistema de gênero racializado, que relegou mulheres negras e indígenas a lugares de invisibilidade social e epistêmica.

Esse processo não apenas interditou suas existências, mas também deslegitimou seus saberes ancestrais. As práticas espirituais e curativas protagonizadas por essas mulheres, especialmente aquelas da diáspora africana, foram sistematicamente desautorizadas, rotuladas como primitivas ou perigosas. No entanto, mesmo diante da perseguição e da tentativa de apagamento, elas mantiveram vivas tradições fundamentais por meio de cultos, rituais, rezas e usos das ervas, em religiões como a Umbanda e o Candomblé. Nessas expressões religiosas, as mulheres sempre exerceram papel central como guardiãs do conhecimento ancestral, atuando como mães de santo, benzedeiros, curadoras ou líderes espirituais (Carneiro; Curi, 2014).

Tais práticas, porém, foram historicamente empurradas para as bordas da legitimidade social, alvo de políticas higienistas e discursos coloniais que buscaram enquadrá-las sob o signo da feitiçaria ou da ignorância. Ainda assim, persistiram, e hoje, em algumas localidades,

começam a ser reconhecidas como parte do patrimônio cultural imaterial, sinalizando não apenas resistência, mas também o valor inestimável desses saberes para a memória coletiva e para a reconfiguração de projetos de cuidado e existência (Santos, 2021). Não se trata, portanto, apenas de rituais religiosos, mas de tecnologias de cuidado e resistência, alicerçadas em uma ontologia relacional que se sustenta na ancestralidade e na coletividade. Sueli Carneiro (2003) e Lélia Gonzalez (2020) reforçam esse ponto ao destacar que as religiões de matriz africana constituem também espaços de afirmação política, onde o protagonismo das mulheres negras subverte o patriarcado e reconfigura identidades.

Diante disso, este trabalho se propôs a ouvir, acolher e aprender com as experiências de mulheres que, por meio das práticas de cura, afirmam uma outra forma de estar no mundo. A próxima seção, dedicada à metodologia, descreverá os caminhos escolhidos para essa escuta: uma abordagem sensível, participativa e inspirada em epistemologias feministas e de matriz africana, que reconhece no corpo, na palavra e no rito, lugares legítimos de saber.

As práticas metodológicas para o encontro com os saberes vivos

Para compreender melhor como os conhecimentos relacionados ao benzimento, ao manuseio de ervas para banhos e aos rituais de cura são transmitidos e vivenciados entre mulheres que participam de terreiros de Umbanda, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa centrada na escuta de um grupo de cinco mulheres. O intuito foi captar as formas informais e cotidianas pelas quais essas práticas ancestrais são aprendidas, compartilhadas e perpetuadas no convívio comunitário, valorizando as relações interpessoais e os contextos afetivos que envolvem essa transmissão.

Desse modo, as interlocutoras desta pesquisa são cinco mulheres com idades e experiências distintas, unidas por vínculos afetivos e espirituais com práticas de cura, mesmo que em intensidades diferentes ao longo da vida. A Mulher A², negra, de 56 anos, atua como cuidadora de idosos e é praticante da Umbanda há mais de cinquenta anos, tendo construído

²Por razões éticas, os nomes reais das participantes foram omitidos e substituídos por identificações genéricas (Mulher A, B, C, etc.), a fim de preservar suas identidades e garantir a confidencialidade das informações compartilhadas. Essa decisão respeita os princípios da pesquisa qualitativa em contextos sensíveis, protegendo as experiências espirituais, afetivas e comunitárias relatadas.

seu saber a partir da convivência com entidades e outras mulheres do terreiro. A Mulher B, negra, de 66 anos, é servidora pública aposentada e também umbandista, trazendo em sua trajetória elementos de resistência e fé que atravessam sua vida religiosa e familiar.

Já a Mulher C, negra, de 65 anos, é professora. Embora não frequente atualmente terreiros, já integrou práticas umbandistas e reflete sobre elas em suas pesquisas e vivências pessoais. Do outro lado, a Mulher D, branca, de 35 anos, dona de casa, carrega em sua linhagem a presença da avó benzedeira, e compartilha memórias afetivas de banhos e rezas ouvidas na infância, marcadas por um saber que lhe chegou mais pelo gesto e pelo olhar do que pela fala direta. Por fim, a Mulher E, branca, 54 anos, dona de casa, aprendeu alguns benzimentos com a sua mãe e diz não ter nenhuma religião, embora sinta-se afeiçoada com a umbanda.

Foram realizadas conversas por meio de redes sociais, como WhatsApp e em outros momentos uma reunião na casa da pesquisadora. A escolha pela realização de uma entrevista aberta, com caráter narrativo, permitiu que cada entrevistada conduzisse sua fala conforme sua trajetória, afetos e lembranças. As perguntas foram pensadas como disparadoras de memória com o intuito de ir ao encontro das categorias rígidas de investigação. Nessa linha de pensamento, algumas delas: a) *Tu te lembras do primeiro banho de ervas que tomou ou preparou?* b) *Com quem tu aprendestes a preparar esses banhos?* c) *Havia algum caderno, papel ou registro disso em casa? E como tu sabes que determinada erva serve para determinado fim?*

Algumas entrevistas foram gravadas mediante a autorização, e posteriormente transcritas na íntegra para a análise. Nesse sentido, a metodologia escolhida está ancorada nos princípios da pesquisa narrativa e da cartografia afetiva (Rolnik, 2016; Passos, Kastrup e Escóssia, 2009). Apesar da cartografia ser comumente ligada à demarcação geográfica de mapas e cartas, neste contexto, o que se mapeia são memórias que ficaram ou registradas em papéis ou na transmissão oral.

Ademais, a opção por uma metodologia centrada nas narrativas de mulheres que participam ou participaram da Umbanda, especialmente no que se refere à transmissão de saberes de cuidado, como banhos, rezas e usos de ervas, dialoga diretamente com o conceito de escrevivência, de Conceição Evaristo (2020). A escrevivência é a escrita marcada pelas vivências, pela escuta da ancestralidade e pelos silêncios e saberes que atravessam o corpo e o

cotidiano de mulheres negras. Trata-se de uma escrita que não apenas registra, mas também resiste contra o apagamento, contra o silenciamento e contra a violência epistêmica.

Nesse trabalho, ao escutar e registrar os modos como essas mulheres se lembram, vivem e compartilham os saberes ancestrais, a pesquisa se alinha a uma prática de escrevivência coletiva. Não se trata apenas de produzir dados, mas de criar memória, inscrever presença e tecer continuidade com vozes que tradicionalmente não ocupam os espaços da academia. Pois, além das entrevistas, foi incentivada a busca por cadernos, bilhetes, papéis avulsos ou lembranças orais que pudessem compor esse “baú de memórias”, reunindo registros de receitas de banhos, chás, rezas, defumações ou conselhos dados por avós, mães ou entidades espirituais. A presença ou ausência desses registros também se tornou parte dos dados, revelando as nuances da transmissão oral de certos saberes.

Ao acompanhar a trajetória de cada participante, tornou-se evidente a maneira como os saberes ancestrais são transmitidos cotidianamente em famílias e comunidades vinculadas à Umbanda³. Dois perfis se destacam particularmente: as irmãs, que aqui chamaremos de Mulher A e Mulher B, e suas experiências complementares que evidenciam o papel fundamental dos vínculos familiares na construção e preservação da memória intergeracional.

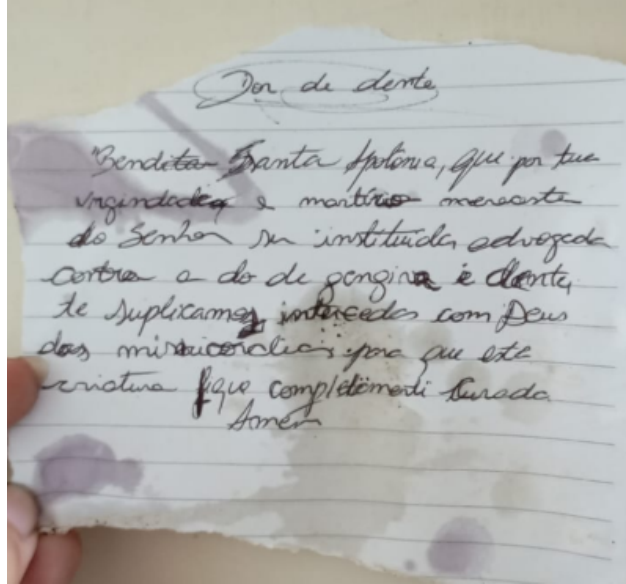
A Mulher B, aos 66 anos, remete às raízes profundas de sua infância marcada pela presença de sua mãe e de suas tias que mantinham um terreiro de umbanda em casa. Ter esse contato direto com a religião de matriz africana repercutiu em folhas e mais folhas com receitas e rezas construindo um repertório de saberes entrelaçados à espiritualidade e ao cuidado com o corpo e o espírito. Esse acervo sofreu, infelizmente, uma grande perda nas enchentes de 2008 que acometeram a cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, levando embora muitos papéis importantes. Entretanto, ainda restaram alguns escritos soltos e guardados em álbuns de fotografia. Outros, foram aprendidos com entidades do terreiro como Pretos-velhos e Pretas-velhas⁴. Sua irmã, a Mulher A, de 56 anos, complementa essa narrativa ao destacar a experiência da aprendizagem vivida no contato direto com as entidades do terreiro e a dimensão sensível do conhecimento que se manifesta no corpo, nas energias e nos rituais cotidianos.

³A Umbanda carrega o título de religião brasileira por excelência que resultava da combinação das tradições africanas, espíritas e católicas (Prandi, 2000).

⁴Pretos-velhos e pretas-velhas são entidades espirituais da Umbanda que representam ancestrais africanos escravizados, conhecidos por sua sabedoria, humildade e atuação em curas e aconselhamentos (Prandi, 2000).

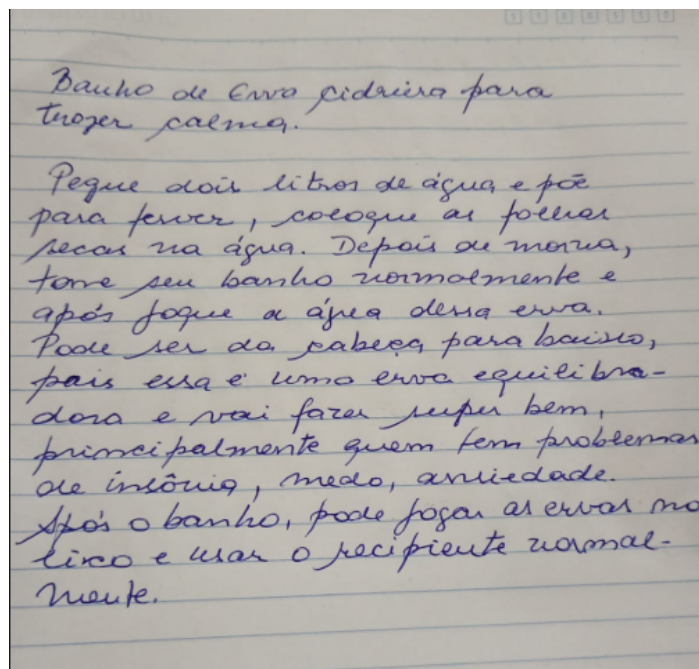
Ao mexer em alguns cadernos antigos e álbuns, tanto a Mulher A como a Mulher B, realizaram o registro das seguintes escritas:

Fotografia 1: Benzimento para dor de dente. Acervo Mulher B.



Fonte: autora, 2025.

Fotografia 2: Banho para acalmar. Acervo Mulher A.



Fonte: autora, 2025.

Ao se deparar com o antigo caderno de receitas culinárias da família, a Mulher B encontrou, entre as páginas, uma folha solta com um benzimento para dor de dente (Fotografia 1). Segundo seu relato, a Mulher B não se recordava que a tia escrevia esses benzimentos para sua mãe, que era analfabeta. A descoberta despertou lembranças de como a mãe utilizava esse recurso no cuidado cotidiano, especialmente com os netos e filhas. O achado também trouxe à tona o papel da oralidade e da escrita compartilhada na preservação desses saberes, evidenciando como, mesmo sem dominar a escrita, a mãe encontrava formas de manter e transmitir os conhecimentos de cura que praticava.

Durante a pesquisa, a Mulher A comentou sobre o banho de erva cidreira (Fotografia 2) que sua mãe preparava para “trazer calma”. Para ela, esse banho representava um cuidado que oferecia conforto nos momentos difíceis. O uso da erva cidreira foi indicado por uma Preta-Velha que incorporava em sua tia⁵, quando ela ainda era criança e frequentava o terreiro. Esse banho tinha a função de acalmar a agitação mental. O papel com a receita despertou essa memória, remontando ao período em que ela tinha cerca de quinze anos e convivia diariamente na religião, fortalecendo a conexão com a história familiar. A participante também relata que aprendeu a preparar esses banhos com a mãe e a tia, que recebiam orientações das entidades no terreiro sobre o manuseio correto das ervas. Em casa, havia alguns papéis com receitas anotadas pela tia, embora o aprendizado tenha ocorrido principalmente pela prática e uso cotidiano das ervas.

A Mulher C relata que seu contato com benzimentos e rituais ocorreu durante os anos em que frequentou terreiros, ainda na juventude. Embora não mantenha essa prática atualmente, ela relata que o aprendizado sobre manuseio de ervas e de chás se deu principalmente por meio da observação dos rituais e do acompanhamento das práticas das mais velhas no terreiro que frequentava, em especial nas fases de preparação dos banhos e oferendas. Quanto à documentação desses saberes, a Mulher C não possuía registros escritos formais, como cadernos ou papéis, mas destaca que as memórias afetivas são inúmeras e que poderia narrar alguns benzimentos.

⁵Incorporação é o processo mediúnico em que a entidade se manifesta temporariamente no corpo do médium para transmitir mensagens ou realizar curas (Prandi, 2000).

Já por outro lado, a Mulher D traz em seu relato a influência direta da avó benzedeira, figura central na transmissão dos saberes tradicionais em sua família. Desde a infância, ela acompanhava os rituais de preparação de banhos, as rezas e o uso das ervas, que eram ensinados por meio da observação e da vivência cotidiana. No que tange à documentação, a interlocutora afirma que possui um caderninho próprio em que anotou algumas receitas como uma maneira de manter as memórias da avó falecida em 2020. Embora tenha ficado animada com a ideia de construirmos um caderno de rituais, a Mulher D não se sentiu à vontade para expor os seus escritos íntimos.

Por fim, a Mulher E aprendeu os benzimentos e simpatias principalmente com a sua mãe, embora não se identifique formalmente com nenhuma religião. Ela percebe que esses saberes como práticas cotidianas de cuidado e cura, utilizadas conforme a necessidade, sem vínculo estrito a rituais ou espaços religioso oficiais. Em relação à documentação, a Mulher E possui algumas anotações esporádicas, registradas em folhas soltas, com rituais e simpatias que aprendeu, mas não mantém um caderno organizado ou sistematizado. Esse modo informal de registro reforça a natureza prática e adaptativa dessas tradições, que circulam tanto pela oralidade quanto por registros parciais, sempre integrados ao cotidiano familiar.

Dessa maneira, a proposta de elaborar um caderno coletivo de rituais foi recebida pelas participantes com uma combinação de entusiasmo e apreensão, revelando a complexidade inerente à sistematização de saberes tradicionalmente transmitidos de forma oral e experiencial. Para elas, o caderno representa um instrumento importante de preservação e resistência cultural, capaz de concretizar a memória intergeracional que, muitas vezes, se expressa de modo fragmentado e informal. No entanto, esse processo também suscitou reflexões críticas acerca dos riscos envolvidos na transposição desses saberes para um formato escrito, que pode reduzir a dinâmica e a vivência dos rituais a uma mera formalidade documental, comprometendo sua potência simbólica e afetiva.

Esse dilema aproxima-se da compreensão da memória segundo Éclea Bosi (2003), que destaca a memória como uma construção dinâmica e seletiva, não simplesmente a reprodução fiel do passado, mas um processo ativo de reconstrução e ressignificação. Nesse sentido, o caderno não pode ser um mero repositório estático, mas precisa acolher a multiplicidade de vozes, contextos e vivências que formam o tecido dessas tradições. Para as participantes,

preservar esses saberes implica também salvaguardar a afetividade, a oralidade e a relação viva com a ancestralidade, evitando que o conhecimento seja esvaziado de seu sentido original ao ser transposto para a escrita.

O principal desafio apontado pelas mulheres é equilibrar a preservação do conhecimento com o respeito às singularidades de cada experiência e à dimensão sensível que envolve a transmissão ancestral. Para elas, o saber vai além de receitas e procedimentos, englobando contextos relacionais, gestos, entonações e momentos que resistem à codificação escrita. Nesse sentido, a construção coletiva do material, ainda em andamento, reativa memórias e reinscreve experiências antes relegadas ao âmbito doméstico ou ao “não-saber”.

Conforme Bosi (2003), a memória organiza a identidade e fortalece os vínculos de pertencimento. Para mapear essas memórias, utilizou-se uma cartografia afetiva (Rolnik, 1989; Passos, Kastrup e Escóssia, 2009), que permite captar as múltiplas camadas emocionais e relacionais presentes nas narrativas. Dessa forma, a proposta dialoga com a educação popular freireana ao promover uma aprendizagem horizontal, crítica e fundamentada na experiência (Freire, 1987).

Além disso, ao articular saberes espirituais e femininos, como os das Pretas-Velhas, a iniciativa incorpora uma epistemologia reivindicada pelo feminismo negro (Gonzalez, 2020; hooks, 2019), que valoriza oralidade, escuta e prática cotidiana como formas legítimas de conhecimento. Assim, o caderno emerge como um exercício de escrevivência, cuja escrita nasce da experiência concreta e afetiva, dando forma ao vivido e transmitido silenciosamente por gerações (Evaristo, 2005). Dessa maneira, na próxima seção avançaremos às considerações finais, analisando os resultados e suas implicações sociais e culturais.

Reflexões finais sobre os saberes transmitidos entre mulheres

Em tom de encerramento, ainda que sem uma conclusão definitiva, é possível notar o uso repetido da palavra “saber” ao longo das seções e parágrafos. Essa repetição é intencional. Busca reafirmar que o conhecimento sobre benzimentos e banhos de ervas é legítimo, relevante e merece reconhecimento na academia. Além disso, ressalta a presença de muitas mulheres historicamente excluídas do cânone científico, que, por meio de resistência e luta, vêm

conquistando visibilidade e respeito. Por isso, este relato de experiência pretende exercer a horizontalidade, abrindo espaço para que essas mulheres se reconheçam como detentoras de um saber ancestral e coletivo.

Com base nos relatos e na elaboração conjunta do caderno de rituais, este estudo reforça a relevância da transmissão oral e afetiva das tradições ancestrais nas comunidades de Umbanda. As experiências das participantes demonstram que essas práticas transcendem ações isoladas, configurando modos integrados de cuidado, espiritualidade e resistência cultural. Reconhecer a dimensão sensível e relacional desses conhecimentos evidencia a necessidade de abordagens que respeitem sua complexidade, evitando que a simples formalização documental diminua seu significado.

Além disso, o diálogo com as perspectivas da educação popular e do feminismo interseccional destaca o caráter político e transformador dessas tradições, que permanecem vivas apesar das pressões históricas de silenciamento e marginalização. O uso da escrevivência como forma de registro e expressão fortalece o compromisso com uma investigação que não apenas documenta, mas também celebra e valoriza essas experiências. Por fim, as reflexões indicam a continuidade deste trabalho, com o desafio de aprofundar a compreensão sobre os processos de transmissão e a resistência dessas práticas no contexto atual, reafirmando a ancestralidade como fundamento essencial para a construção de identidades e projetos comunitários e individuais.

Referências

- ALEXANDER, E. P.; RUSSELL, V. *Historic preservation and race: The case of Afro-American heritage*. *Journal of American History*, v. 106, n. 4, 2019.
- BADKE, M. R. et al. *Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais*. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 21, [S.I], p. 363-370, 2012.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2003. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

- CEOLIN, T. et al. *Plantas medicinais: transmissão do conhecimento nas famílias de agricultores de base ecológica no Sul do RS*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 45, p. 47-54, 2011.
- CRENSHAW, K. *Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 2002.
- CUSICANQUI, S. R. *Ch'ixinakaxUtxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- DELUMEAU, J. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DIAS, M. L. L. *Plantas medicinais: uso popular e científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- EVARISTO, C. Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). *Escrivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2018.
- FEDERICI, S. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade média aos dias atuais*. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2019.
- FERREIRA NETO, J.; CORREIA, A. *Patrimônio cultural imaterial e políticas públicas no Brasil*. Recife: Editora UFPE, 2023.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 2020.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução Maria Luiza Tucci Carneiro. 2. ed. São Paulo: Centauro, 1990.
- hooks, b. *Feminism is for everybody: Passionate politics*. Cambridge: South End Press, 2019.
- LUGONES, M. *Rumo a um feminismo descolonial*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p.935-952. 2014.

- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, A. *Cartografia social e cartografia afetiva: uma experiência de articulação entre educação e saúde mental*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 351-366, 2009.
- PRANDI, R. *De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade e religião*. Revista USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.
- ROCHA, A. P. *Medicina tradicional e saberes ancestrais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.
- ROLNIK, S. *Cartografia Sentimental*. 2 ed. Porto Alegre. UFRGS, 2016.
- SANTOS, J. R. dos. *Patrimônio cultural e história oral: rezar & benzer, saberes que curam corpo e alma*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História), Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/3009>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- SEGATO, R. *La guerra contra lasmujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.
- SILVA, N. S. M. *As" mulheres malditas": crenças e práticas de feitiçaria no nordeste da América Portuguesa*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/375720861/Mulheres-malditas-pdf>. Acesso em: 08 jul. 2025.